

A DISCUSSÃO ENTRE OS GRANDES PROPRIETÁRIOS RURAIS E OS ÓRGÃOS PÚBLICOS : QUEM FICA COM OS RECURSOS NATURAIS

Lorena Galvão Morais – Universidade de Rio Verde-GO
lorengeo@hotmail.com

Adriana Olívia Alves – Universidade de Rio Verde-GO
adrianaalves@fesurv.br

INTRODUÇÃO

O texto em questão tem por objetivo a reflexão da utilização consciente e correta dos recursos naturais, com maior enfoque nos recursos hídricos, bem como a preservação de suas nascentes, garantindo a continuidade de sua utilização. Para tal utiliza-se dados coletados através de trabalhos de observação e pesquisa junto aos envolvidos com o tema, dessa forma, contribuindo para um despertar ecológico perante a utilização consciente desses recursos.

Pretende-se nesta pesquisa, analisar a problemática da água na microbacia do ribeirão Laje no município de Rio Verde, consubstanciados nos objetivos:

- Analisar a percepção dos atores sociais envolvidos na questão da água na microbacia do ribeirão Laje, sendo estes: produtores rurais, poder público municipal, moradores do meio urbano, representantes da empresa de tratamento de Água “Saneamento de Goiás” (SANEAGO), Universidade e Escolas Públicas;
- Compreender o uso e ocupação na microbacia do ribeirão Laje a partir da abordagem sistêmica de bacia hidrográfica, inter-relacionando com o uso dos recursos do meio físico e a ação antrópica;
- Entender a relação existente entre as ações do poder público municipal e as ações de fiscalização do meio ambiente;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e ambiental da microbacia a partir dos resultados da pesquisa, por meio da divulgação e organização dos atores sociais envolvidos.

Para consecução desta pesquisa, foram realizadas algumas etapas que se basearam em:

- Levantamento bibliográfico dos principais referenciais teóricos acerca dos temas: questão ambiental no mundo e no Brasil, os recursos hídricos e a legislação ambiental, planejamento ambiental, percepção ambiental, história oral, sustentabilidade ambiental, educação ambiental e movimentos sociais;
- Realização de trabalhos de campo no meio urbano e rural para análise das condições da água superficial na microbacia do ribeirão Laje;
- Aplicação de questionários para diagnóstico da qualidade de vida e ambiental junto aos moradores no meio urbano;

- Aplicação de entrevistas junto aos grandes e pequenos produtores, universidade, para análise da percepção ambiental dos recursos hídricos;
- Aplicação de entrevistas junto ao poder público municipal: secretaria da agricultura e meio ambiente, secretaria de obras e secretaria da educação;
- Elaboração de cartas temáticas na microbacia do ribeirão Laje: carta hipsométrica, carta dos impactos ambientais, carta da qualidade de vida, carta das áreas verdes urbanas e rurais;
- Pesquisa em órgãos públicos e privados: SANEAGO, IBAMA, IBGE e Prefeitura Municipal.

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

Entender as relações ambientais, em uma sociedade marcada pelo imediatismo e preocupação com a produtividade contínua tornou objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento científico. Sociedade esta, onde as respostas para os questionamentos requerem urgência e precisão, frente a grande competitividade por mercados cada vez mais apoiados em controles de qualidade específicos e demandas cada vez maiores dos produtos que exigem técnicas próprias.

Porém a maior parte dessas ciências, demonstram, em seus estudos, a tentativa de subordinar a natureza perante a inteligência técnica do homem. Carlos Walter Porto Gonçalves (2002) aponta que:

A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí se tomar a revolução neolítica, a agriCULTURA, um marco da história, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza “naturalmente” dá para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva. [...] Dominar a natureza é dominar a inconstância, o imprevisível; é dominar o instinto, as pulsões, as paixões. (pág. 31).

Podemos analisar o modo como a sociedade – essencialmente a ocidental – construiu o seu conceito de natureza, caracterizado por uma espécie de deslocamento do homem, cuja característica antecede da matriz filosófica Greco-romana. Esse conceito se inicia quando o homem passa a dominar a natureza e se fundamenta quando ele desmistifica os elementos naturais e retira deles a imagem do sagrado – deus. Sobre isso, Gonçalves (2002) nos diz que:

É com Platão e Aristóteles que se começa a assistir a um certo desprezo “pelas pedras e pelas plantas” e a um privilegiamento do homem e da idéia. [...] Observamos que com esse processo se inicia uma mudança no conceito de *physis*, de natureza que, se num primeiro momento não aparece senão debilmente, pouco a pouco se afirmará até atingir contemporaneamente essa concepção de natureza desumanizada e desta natureza não-humana. [...] Mas foi, sobretudo com a influência judaico-cristã que a oposição *homem-natureza* e *espírito-matéria* adquiriu maior dimensão. [...] Enfim, com o cristianismo, os deuses já não habitam mais esse mundo, como na concepção dos pré-socráticos. (pág. 25-26).

E ainda complementa que *“É com Descartes, todavia, que essa oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto se tornará mais completa, constituindo-se no centro do pensamento moderno e contemporâneo”* (pág. 32).

Pensar diferentemente a essa situação dicotômica e torná-la novamente única, requer recuperar e até em alguns casos humanizar o ser humano. Pois esse, a muito, deixou de respeitar os recursos naturais – e isso inclui o próprio homem.

Observamos isso claramente na progressiva devastação das condições de vida e ambiental do planeta. Como consequência a essa despreocupação com as condições de vida, surgem os movimentos sociais e com eles o movimento ecológico, questionando as políticas autoritárias do governo, diante, principalmente, de políticas autoritárias e antipreservacionistas.

Como exemplo, podemos citar, o movimento ecológico surgido no Brasil na década de 1960, que assume o papel de contestar as políticas de desenvolvimento tecnológico dos grandes latifúndios do governo militar ditador. Essas políticas de incorporação tecnológicas atendiam somente aos interesses dos grandes latifundiários que, em resposta, expulsara os pequenos produtores e os indígenas de suas terras, para expandir cada vez mais a fronteira agrícola. A preocupação desse movimento também permanece no fato de que para esses grandes latifundiários era suficiente o desmatamento e a ampliação da área cultivada para se obter o aumento da produção, e isto levava ao comportamento de pouco respeito aos recursos naturais.

A partir de tais considerações, procura-se analisar o contexto ocupacional e econômico da região da microbacia do Ribeirão Laje, afluente do rio Verdão, cuja nascente está localizada na bacia sedimentar do Paraná, no município de Rio Verde, no Sudoeste do Estado de Goiás.

A LÓGICA DE OCUPAÇÃO DA MICROBACIA DA LAJE

Inserida na Região do Sudoeste Goiano, atualmente sustentado por uma agricultura de grande escala, grandes propriedades rurais produzem grãos para atender, principalmente, ao mercado externo. Onde passa a ter função fundamental em um país de estilo agrário exportador, ganhando *status* de região do Agronegócio.

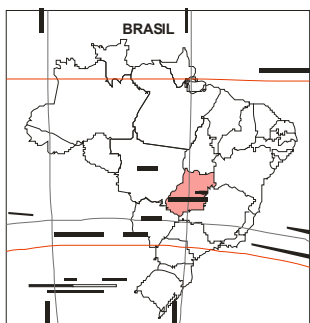
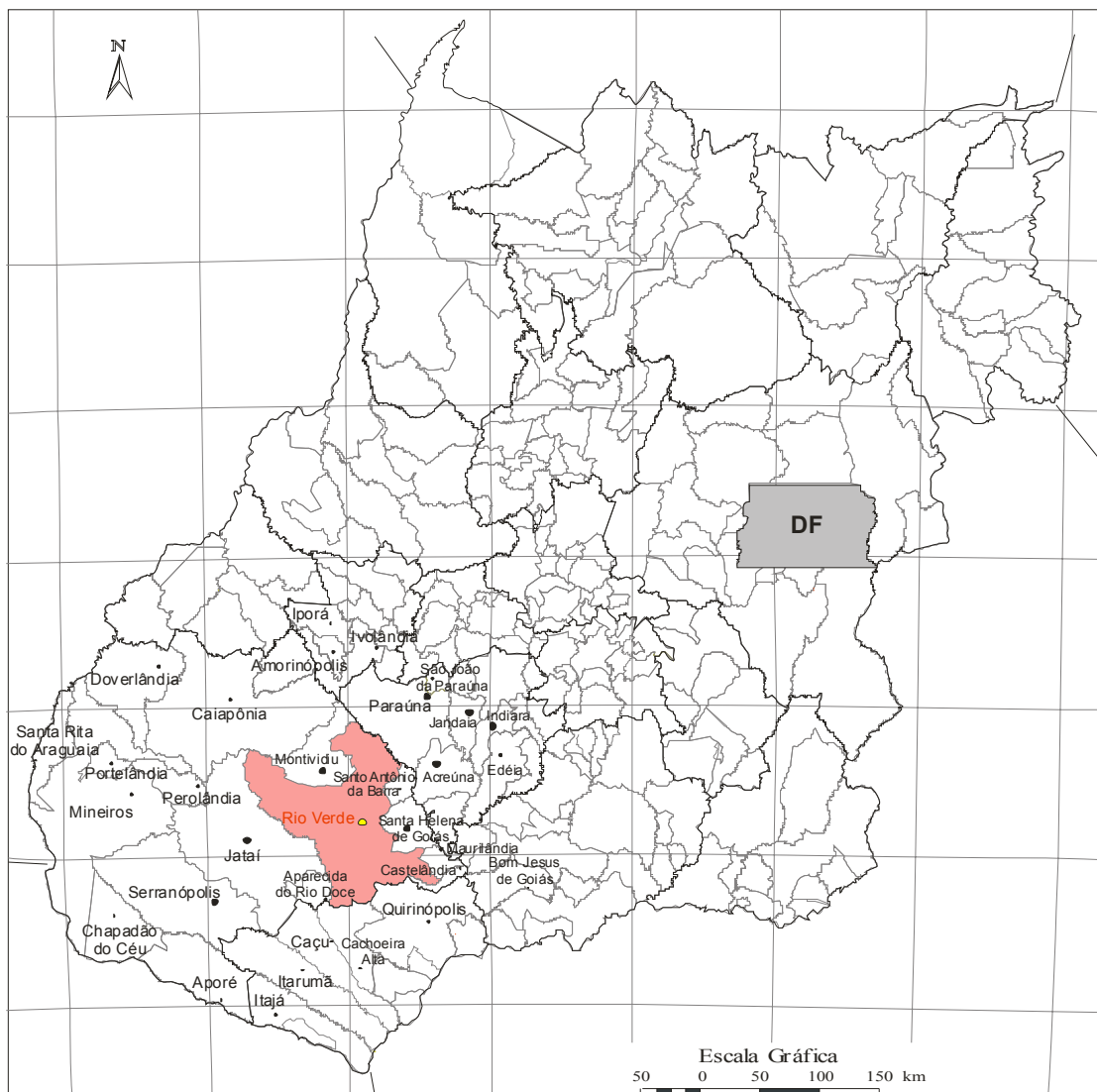
Para atender ao mercado externo, que exige maior produtividade, a custos muito baixos, os produtores, não se preocupam com a preservação dos recursos naturais. Suas ações estão ligadas à derrubada das matas ciliares, deixando desnudo o solo e as margens dos rios e córregos da região, que proporcionam a cada dia uma imagem degradante de assoreamento e diminuição dos cursos d'água.

Para amenizar esses impactos provocados por essa agricultura, grande parte dos produtores de Rio Verde adotaram o Sistema de Plantio Direto, que visa o controle da erosão e conseqüentemente o assoreamento dos mananciais. Porém acarreta com esse sistema o aparecimento de outro impacto: alguns produtores apontam que o Plantio Direto acarreta um maior aparecimento de pragas em suas

lavouras, onde se faz necessário à aplicação de agrotóxicos também em grande escala, contaminando assim os cursos d'água, principalmente na época das chuvas.

No município de Rio Verde, a captação de água para abastecimento local é feita pela empresa de Saneamento de Goiás (SANEAGO), nos córregos Abóbora e Laje, e também em alguns poços artesianos espalhados nos bairros onde a rede central ainda não foi suficiente. O Ribeirão Laje atende a uma demanda de 30% da água distribuída na cidade. Conforme se verifica no mapa de localização:

**FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE
NO ESTADO DE GOIÁS**



FONTE:

Departamento de Estradas de Rodagem - DER-GO.
Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999
(base cartográfica).

IBGE, Divisão de Pesquisa de Goiás. Composição
das Mesorregiões do Estado de Goiás, 1996 (base
cartográfica).

ORGANIZAÇÃO:
Claudecir Gonçalves

Cartografia digital:
Loçandra Borges de Moraes

LEGENDA

- Limites municipais
- Microrregiões
- Mesorregiões

Com relação à ocupação do meio urbano, a cidade conta com uma população de 124 mil habitantes (IBGE, 2004), Rio Verde necessita urgentemente de um planejamento em sua rede de captação e distribuição de água e coleta de esgoto, pois é hoje uma cidade em franco crescimento populacional, em virtude do surgimento de empresas ligadas ao agronegócio, onde, através destas, há um grande processo migratório de pessoas que buscam na região uma oportunidade de emprego, aumentando ainda mais a massa populacional das periferias carentes, onde o saneamento básico demora a chegar.

A população atendida pela rede coletora e transmissora de água e esgoto passa por períodos críticos de falta d'água, pois na estação das chuvas, o córrego carregado de sedimentos, compromete a captação feita pelas bombas e na estação da seca a demanda d'água dos mananciais se torna insuficiente para atender toda a população do município. Isso sem mencionar os esgotamentos doméstico, agrícola e industrial, que comprometem a qualidade da água e aumenta o custo de limpeza da mesma.

Para minimizar os gastos com o tratamento desta sedimentação e aumentar o nível de água deste manancial, a SANEAGO em parceria com a prefeitura municipal e os produtores rurais iniciaram um processo de contenção do assoreamento do Ribeirão Laje, por meio do levantamento de curvas de nível próximo ao local de captação da água e junto a nascente. Porém, anterior a esta ação, a água captada, principalmente no período das chuvas estava totalmente turva em virtude dos sedimentos em suspensão e em algumas épocas era necessário à interrupção da captação, pois as máquinas não conseguem bombear tanta areia.

OS “SENHORES DA ÁGUA” DA MICROBACIA DO RIBEIRÃO LAJE

Podemos perceber através da história que a água sempre foi um regulador social importante, pois foi por meio dela que os “senhores da água” cultivavam e mantinham estruturas de exploração e subordinação das sociedades camponesas e das comunidades aldeãs, onde as condições de vida estavam intimamente ligadas ao solo, por isso organizadas ao redor da água. E, na grande maioria dos casos, mesmo quando era considerada um bem comum, a água tornava-se uma fonte de poder. Eram raros os casos em que todos os membros de uma comunidade estivessem em um mesmo nível com relação à água; o acesso a ela quase sempre envolveu desigualdade. O tipo de conflito mais freqüente nos dias de hoje envolve a competição sobre o uso da água que se torna privativo em uma estrutura regida pela falta de solidariedade e pela crescente carência desses recursos.

Com base nessas exposições, observamos a inserção de valores de subordinação nos “senhores da água” que envolvem a microbacia do ribeirão da Laje. Primeiramente, os produtores rurais, julgando fazer melhor uso deste recurso, alegam que a empresa de captação e de distribuição desse recurso, dificulta os trabalhos agrícolas, racionando a água que poderá ser utilizada a montante da captação, e diminuindo – e até em algumas épocas de seca levando a total escassez – o nível de água do manancial à jusante. O senhor Sebastião Cunha de Moraes, produtor de hortaliças e gado leiteiro as margens do curso d'água, se indigna diante dessa situação e apresenta:

Porque quando eu era mais novo isso aqui era tudo mato, tudo um cerradão onde a gente punha o gado. Daí que veio essas plantaço de horta e depois que veio a SANEAGO. Então é nesse ponto que eu acho que a SANEAGO está errada em querer tirar essas hortas daqui, porque nós chegamos primeiro. [...] Agora depois que o córrego já quase não tem água mais, eles vem com essas curvas de nível. Mais tão fazendo lá bem em cima do morro e não ainda não fizeram aqui pertinho do córrego mesmo. Daí eles mexem na terra lá em cima, vem a chuva e carrega aquilo tudo lá pra dentro do rio, suja as bombas deles lá e é quando eles vem cima de mos pra parar de usar a água, parar de colocar o gado pra beber água, porque tá sujando a água.

Em contrapartida, os representantes da empresa de captação e tratamento de água, alegam a falta de apoio dos produtores rurais, perante a recuperação da área. Para improvisar ações de contenção do assoreamento do ribeirão, esta empresa, em parceria com o poder público municipal, está construindo curvas de nível ao redor de todas as nascentes à montante da captação. Afirmam que, alguns desses produtores criam barreiras para essas ações e ainda desviam grande parte da água do curso d'água para a irrigação da lavoura de hortaliças e para o consumo do gado, diminuindo o volume na captação, interferindo prejudicialmente no abastecimento urbano da cidade.

Poderíamos pensar que impasses como estes poderiam ser resolvidos por meio de um diálogo, estabelecido entre esses grupos conflituosos, mediado por uma instituição sem vínculos com nenhum desses grupos. Seria essa a função da Universidade, como diz Cláudio Barboza, professor mestre das Faculdades de Agronomia, Zootecnia e Biologia da Universidade de Rio Verde:

O papel da Universidade é o de harmonizar todos os componentes humanos da sociedade que participam desta questão, pelo menos da microbacia da Laje e da Microbacia do Abóbora. [...] Eu acho que é despertar nos produtores o seu papel ali. Qual a importância do seu papel enquanto moradores da margem da Laje ou do Abóbora. Ela tem que articular junto ao governo, que é o poder público, a maneira melhor dele agir, dele poder colaborar com os produtores da região e com a população, no caso da Laje, do bairro Céu Azul. Ela tem que cobrar da iniciativa privada, as ações mais concretas, financeiras, tirar dinheiro da iniciativa privada, porque ela precisa da água para desenvolver os seus trabalhos nas indústrias, ou mesmo da SANEAGO e também tentar junto a essas ONGs, um trabalho, menos sonhador, mais que eles trabalhem na questão focada na questão do uso da água. Mas que essa ação seja uma prática que dê resultados. Então eu acho que o papel da Universidade é articular esses quatro grupos que eu falei: que são os produtores, o governo, a empresa e essas ONGs. E o que nos estamos fazendo lá na Laje, que nós fizemos foi, inclusive um trabalho que nós fizemos lá, foi de proteger a nascente.

Porém, o que poderia ser ações conjuntas desses atores ligados ao manancial – produtores rurais, poder público e Universidade – se torna algo superficial, pois é feito individualizado: o poder público acionando medidas de contenção dos processos erosivos, mais sem nenhum respaldo técnico ligado à profissionais formados nessas áreas específicas, a Universidade mantendo grupos de educação ambiental, mais sem algo realmente concreto para trabalhar e como elemento intermediário, os produtores rurais que precisam

produzir mais não se preocupam com as medidas preservacionistas com nenhum dos outros dois grupos. Sobre isso, Cláudio se esquivava:

Agora se esta tendo conflito lá com a SANEAGO deve ser principalmente no período da seca, porque realmente o volume de água cai muito no período da seca naquele córrego. Mas não é por causa da ação antrópica, já é o próprio tipo de relevo, próprio tipo de solo, tipo de vegetação acaba acontecendo isso mesmo, o volume de água cai no período da seca.

A falta de uma visão de longo prazo envolvendo um planejamento e um gerenciamento sistêmico, ou a incapacidade de implementar esses elementos de maneira eficaz e coerente devido aos interesses econômicos e financeiros em questão, tem levado a imprudente escassez de um recurso indispensável à vida humana. Como diz Ricardo Petrella *“Podemos viver sem a Internet, sem petróleo, até mesmo sem um fundo de investimentos ou uma conta bancária. Mas – um argumento banal, embora freqüentemente esquecido – não nos é possível viver sem água”*.(p. 24, 2002).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS E A CRISE AMBIENTAL DAS ÁGUAS

Precisamos nos alertar perante a seguinte questão: não há nada que substitua a água. Sem esse recurso não há vida. Devemos nos portar perante a água como bem comum e não encará-la como bem de mercado, onde quem a possui conseqüentemente domina quem não pode viver sem ela. Se a questão é que não nos preocupamos com ações de preservação das matas, de biomas de animais silvestres, de conservação de áreas verdes, tudo se explica por correntes de pensamentos. Então devemos pelo menos nos preocupar qual será o preço e qual o tipo de água que tomaremos daqui a 10 anos. Os atores sociais ligados a crise ambiental das águas detêm a autoridade de fazer da água que nos utilizamos, o que bem entenderem.

Para entender e modificar essa estrutura de subordinação precisamos iniciar modificando esse pensamento de “água abundante” que ainda predomina na sociedade contemporânea. Podendo ir mais além, modificando essa estrutura de hierarquias do ser humano perante a natureza. A partir do momento que este não se julgar melhor do que aquele, a questão da água será um problema passado por como diz Ricardo Petrella (2004) tudo não basta de uma questão de solidariedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. et al. **Gestão Ambiental**: planejamento, avaliação, implantação e verificação. Rio de Janeiro: Thex Ed. 2000. 259 p.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. et al. **Planejamento Ambiental**: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum: uma necessidade um desafio. 2º ed. Rio de Janeiro: Thex Ed. 1999. 180 p.

ALVES, Adriana Olívia. **Planejamento Ambiental Urbano na microbacia do córrego da Colônia Mineira – Presidente Prudente/SP** (Dissertação de Mestrado). Presidente Prudente: [s.n.], 2004.

BARTH, Flavio Terra e POMPEU, Cid Tomanik. *Fundamentos para a Gestão do Recursos Hídricos*. **IN: Modelos para gerenciamento de recursos hídricos. São Paulo: Nobel/ABRH, 1987.**

BRAGA, Roberto. (org.) **Recursos Hídricos e Planejamento Urbano e Regional**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP – IGCE, 2003.

BRANCO, S. M. **Água: origem, uso e preservação**. São Paulo: Moderna, 1993.

COIMBRA, Roberto et. al. **Recursos Hídricos: Conceitos, Desafios e Capacitação**. Brasília: ANEEL, 1999.

DUARTE, Laura M. G; BRAGA, Maria L. S. (Orgs.) **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo Quinze, 1998.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 10ª ed., 2002.

LANNA, Antonio Eduardo. *Gestão dos Recursos Hídricos*. **In: Hidrologia: ciência e aplicação**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ABRH, 1997.

LEAL, Antonio César. **Meio Ambiente e Urbanização na Microbacia do Areia Branca - Campinas - São Paulo**. Rio Claro, 1995. Dissertação (Mestrado em Geociências) - IGCE - UNESP-Rio Claro.

MATEO RODRIGUEZ, José Manuel. *Planejamento Ambiental: base conceitual, níveis e métodos*. In: CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Planejamento: Bases Teóricas e Conceituais**. 1997.

PETRELLA, Riccardo. **O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 159 p. (Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne).

PHILIPPI, JR. A. *Águas Residuárias*. **In: Saneamento do meio**. São Paulo: Fundacentro/USP, 1982.

REBOUÇAS, A. C. BRAGA, B & TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Ed. Escrituras. 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. **Terra: feições ilustradas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.